

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	160.011.942
Preferenciais	0
Total	160.011.942
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.252.388	1.250.036
1.01	Ativo Circulante	23.730	94.571
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.058	81.731
1.01.03	Contas a Receber	8.184	8.700
1.01.03.01	Clientes	8.184	8.443
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	257
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	257
1.01.04	Estoques	86	138
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.584	1.931
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.584	1.931
1.01.07	Despesas Antecipadas	595	806
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.223	1.265
1.01.08.03	Outros	1.223	1.265
1.02	Ativo Não Circulante	1.228.658	1.155.465
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.391	18.345
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.655	9.726
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	9.655	9.726
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.736	8.619
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.736	8.619
1.02.03	Imobilizado	1.747	1.683
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.747	1.683
1.02.04	Intangível	1.198.266	1.124.549
1.02.04.01	Intangíveis	1.198.266	1.124.549
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.198.266	1.124.549
1.02.05	Diferido	10.254	10.888

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.252.388	1.250.036
2.01	Passivo Circulante	177.945	176.962
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.349	4.754
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.349	4.754
2.01.02	Fornecedores	11.057	9.407
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.057	9.407
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.908	3.484
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.827	1.637
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.237	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.590	1.637
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.081	1.847
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.966	51.418
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.241	25.518
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.241	25.518
2.01.04.02	Debêntures	26.725	25.900
2.01.05	Outras Obrigações	82.214	83.303
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	70.672	72.565
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	11.110	15.761
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	59.562	56.804
2.01.05.02	Outros	11.542	10.738
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	2.665	2.665
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	7.528	6.702
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	342	319
2.01.05.02.06	Sinistros Recebidos	816	816
2.01.05.02.07	Outros	191	236
2.01.06	Provisões	22.451	24.596
2.01.06.02	Outras Provisões	22.451	24.596
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	22.451	24.596
2.02	Passivo Não Circulante	786.186	787.580
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	580.296	586.940
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	580.296	586.940
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	580.296	586.940
2.02.02	Outras Obrigações	168.932	165.833
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	168.932	165.833
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	168.932	165.833
2.02.03	Tributos Diferidos	6.303	6.261
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.303	6.261
2.02.04	Provisões	30.655	28.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.251	889
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.251	889
2.02.04.02	Outras Provisões	29.404	27.657
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	27.954	27.657
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	1.450	0
2.03	Patrimônio Líquido	288.257	285.494
2.03.01	Capital Social Realizado	224.289	224.289
2.03.04	Reservas de Lucros	63.968	61.205

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	111.976	120.999
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.794	-107.520
3.03	Resultado Bruto	16.182	13.479
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.188	-4.835
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.188	-4.835
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.831	-4.627
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-334	-208
3.04.02.03	Tributárias	-23	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.994	8.644
3.06	Resultado Financeiro	-6.805	-7.148
3.06.01	Receitas Financeiras	2.579	652
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.579	652
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.384	-7.800
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.384	-7.800
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.189	1.496
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.426	-1.934
3.08.01	Corrente	-1.384	-892
3.08.02	Diferido	-42	-1.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.763	-438
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.763	-438
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01727	0,00403
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01727	0,00403

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	2.763	-438
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.763	-438

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.155	13.360
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.632	19.047
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	2.763	-438
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.952	5.352
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	42	1.042
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-315	0
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	7.004	3.646
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimo	1.141	6.945
6.01.01.10	Juros e variações monetárias de debêntures	0	644
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	-280	437
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.	362	193
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	-37	1.226
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.782	-5.460
6.01.02.01	Contas a receber	259	2.664
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	257	-1
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.591	-71
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-117	14
6.01.02.06	Fornecedores	932	-23.608
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-19	21.563
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-6	119
6.01.02.09	Obrigações sociais	-405	625
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	1.245	1.408
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-987	-913
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-45	276
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	23	0
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	-1.403	0
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-5.925	-7.536
6.01.03	Outros	305	-227
6.01.03.01	Estoques	52	-30
6.01.03.02	Despesas antecipadas	211	-177
6.01.03.04	Outros créditos	42	-20
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-72.878	-65.018
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-135	-34
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-73.067	-65.918
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-2.622	-215
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.946	1.149
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.950	102.567
6.03.01	Captações de empréstimos	0	52.544
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-10.950	-4.977
6.03.07	Captações de empréstimos empresas ligadas	0	40.000
6.03.14	Aumento de capital	0	15.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.673	50.909
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.731	9.117
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.058	60.026

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.289	4.013	57.192	0	0	285.494
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.289	4.013	57.192	0	0	285.494
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.763	0	2.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.763	0	2.763
5.07	Saldos Finais	224.289	4.013	57.192	2.763	0	288.257

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.074	3.452	49.197	0	0	182.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.074	3.452	49.197	0	0	182.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.000	0	0	0	0	15.000
5.04.01	Aumentos de Capital	15.000	0	0	0	0	15.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-438	0	-438
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-438	0	-438
5.07	Saldos Finais	145.074	3.452	49.197	-438	0	197.285

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	115.827	124.651
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.646	38.136
7.01.02	Outras Receitas	71.181	86.515
7.01.02.01	Receitas do Serviços de Construção	71.151	86.445
7.01.02.02	Outras	30	70
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-85.727	-101.293
7.02.04	Outros	-85.727	-101.293
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-9.370	-4.292
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-71.151	-86.445
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-3.520	-7.468
7.02.04.04	Custos da Concessão	-1.723	-1.862
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	37	-1.226
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.100	23.358
7.04	Retenções	-8.952	-5.352
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.952	-5.352
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.148	18.006
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.473	5.486
7.06.02	Receitas Financeiras	2.579	652
7.06.03	Outros	10.894	4.834
7.06.03.02	Juros Capitalizados	10.894	4.834
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.621	23.492
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.621	23.492
7.08.01	Pessoal	5.423	4.956
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.157	3.940
7.08.01.02	Benefícios	997	790
7.08.01.03	F.G.T.S.	269	226
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.156	6.372
7.08.02.01	Federais	3.932	4.258
7.08.02.03	Municipais	2.224	2.114
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.275	8.956
7.08.03.01	Juros	849	2.716
7.08.03.03	Outras	12.426	6.240
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	10.894	4.834
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	1.532	1.406
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.763	-438
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.763	-438
7.08.05	Outros	7.004	3.646
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	7.004	3.646

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 15 de maio de 2015 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015 (1T15), findo em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 1T15 o tráfego pedagiado foi de 12.225 mil veículos equivalentes. Em relação ao 1T14 o tráfego foi 7,6% superior. Na comparação com o 4T14 houve uma redução de 5,8%. A redução em relação ao 4T14 se deve a desaceleração da economia e o desempenho da atividade econômica nacional e regional.

Receita Operacional Bruta

- No 1T15 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 115,8 milhões contra R\$ 121,7 milhões do 4T14 e R\$ 124,6 milhões do 1T14. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 17,1% em comparação ao mesmo período de 2014 (R\$ 44,6 milhões x R\$ 38,1 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2015 e também devido à suspensão judicial ocorrida na cobrança de pedágio das praças P1 e P2 no período de janeiro e fevereiro de 2014. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou uma redução de 17,7% em comparação a 2014 devido ao menor volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais reduziram 14,0% em relação ao 1T14. O maior impacto dessa redução se deve ao Custo dos Serviços de Construção que ficou 17,7% abaixo ante o 1T14 (R\$ 71,1 milhões x R\$ 86,4 milhões), em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em contrapartida a essa redução o Custo dos Serviços Prestados ficou 8,5% acima (R\$ 15,7 milhões x R\$ 14,5 milhões); Despesas Administrativas com um aumento de 12,2% (R\$ 5,1 milhões x R\$ 4,6 milhões).

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 19,9 milhões no 1T15 o mesmo valor apresentado no 4T14, em comparação a R\$ 13,9 milhões apresentado no 1T14 que corresponde a um crescimento de 42,5%, sensibilizado principalmente pelo aumento da receita de pedágio, e considerando a suspensão da cobrança de pedágio das praças P1 e P2 citada no item de Receita Operacional Bruta.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 1T15 com os mesmos R\$ 19,9 milhões, com aumento de 30,8% em relação ao 1T14. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos registrados no período.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 1T15 foi negativo em R\$ 6,8 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 1T14 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 7,1 milhões.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 1T15 um lucro de R\$ 2,7 milhões contra prejuízo registrado no 1T14 de R\$ 438 mil. Em comparação com um lucro registrado no 4T14 de R\$ 5,4 milhões, resultado que é justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T15 em R\$ 633,2 milhões, ante R\$ 489,0 milhões registrado no 1T14, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 1T15 em R\$ 623,2 milhões contra R\$ 429,0 milhões do 1T14 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 1T15, foram investidos R\$ 73.163 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Fluminense	12.225	12.974	11.359	-5,8%	7,6%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	115.827	121.772	124.651	-4,9%	-7,1%
Receitas de pedágio	44.646	44.134	38.136	1,2%	17,1%
Receitas de obras	71.151	77.029	86.445	-7,6%	-17,7%
Receitas acessórias	30	609	70	-95,1%	-57,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(3.851)	(3.875)	(3.652)	-0,6%	5,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	111.976	117.897	120.999	-5,0%	-7,5%
CUSTOS E DESPESAS	(92.030)	(97.932)	(107.003)	-6,0%	-14,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depre	(15.752)	(15.634)	(14.523)	0,8%	8,5%
Custo dos serv. de construção	(71.151)	(77.029)	(86.445)	-7,6%	-17,7%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreci	(5.164)	(5.075)	(4.601)	1,8%	12,2%
Remuneração da administração	-	(307)	(208)	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	37	113	(1.226)	-67,3%	-103,0%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-
EBITDA	19.946	19.965	13.996	-0,1%	42,5%
Margem EBITDA	17,8%	16,9%	11,6%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(8.952)	(6.716)	(5.352)	33,3%	67,3%
Depreciação de imobilizado	(24)	(24)	(26)	0,0%	-7,7%
Amortização do intangível	(8.294)	(6.058)	(4.692)	36,9%	76,8%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(6.805)	(6.957)	(7.148)	-2,2%	-4,8%
Receitas financeiras	2.579	1.300	652	98,4%	295,6%
Despesas financeiras	(9.384)	(8.257)	(7.800)	13,6%	20,3%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	4.189	6.292	1.496	-33,4%	180,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.426)	(753)	(1.934)	89,4%	-26,3%
Corrente	(1.384)	-	(892)	-	55,2%
Diferido	(42)	(753)	(1.042)	-94,4%	-96,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.763	5.539	(438)	-50,1%	-730,8%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	19.946	19.965	13.996	-0,1%	42,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	(37)	(113)	1.226	-67,3%	-103,0%
EBITDA Ajustado ²	19.909	19.852	15.222	0,3%	30,8%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. A partir de 31 de março de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 47.748 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 31 de março de 2015, os montantes de R\$1.101.584 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$378.697 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	23.355	24.987
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>22.451</u>	<u>24.596</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(904)</u>	<u>(391)</u>
<u>Não circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias – real	1.550	-
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>1.450</u>	=
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(100)</u>	=
Provisão para manutenção em rodovias – real	33.689	32.113
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>27.954</u>	<u>27.657</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.735)</u>	<u>(4.456)</u>

Notas Explicativas

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	3.212	2.174
Aplicações financeiras (*)	<u>6.846</u>	<u>79.557</u>
Total	<u>10.058</u>	<u>81.731</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,3% da variação do CDI no período.

Notas Explicativas

Notas Explicativas**CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.969	8.264
Cartões de pedágio a receber	188	155
Receitas acessórias a receber	<u>27</u>	<u>24</u>
Total	<u>8.184</u>	<u>8.443</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(3.260)	(5.022)
Provisão de participação nos lucros	(789)	(1.791)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(1.251)	(889)
Outras provisões	(1.355)	-
Provisão para manutenção	(27.954)	(27.657)
Ajuste dos encargos financeiros	(2.917)	(3.530)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	57.883	57.883
Estorno de capitalização de juros	(578)	(578)
Amortização do saldo de mudança de prática	<u>(1.240)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u>18.539</u>	<u>18.416</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.303</u>	<u>6.261</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Passivo não circulante

2016 (após março)	279
2017	373
2018	373
2019	373
2020	373
Após 2021	<u>4.532</u>
	<u>6.303</u>

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2015 o saldo é de R\$ 9.655 e em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 9.726, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 99,1% da variação do CDI.

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31.12.2014	563	616	9	594	1.146	2.928
Adições	<u>35</u>	<u>65</u>	-	-	<u>35</u>	<u>135</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>598</u>	<u>681</u>	<u>9</u>	<u>594</u>	<u>1.181</u>	<u>3.063</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(235)	(329)	(9)	(306)	(366)	(1.245)
Depreciações	<u>(14)</u>	<u>(23)</u>	-	<u>(15)</u>	<u>(19)</u>	<u>(71)</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>(249)</u>	<u>(352)</u>	<u>(9)</u>	<u>(321)</u>	<u>(385)</u>	<u>(1.316)</u>
<u>Imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2014	328	287	-	288	780	1.683
Saldo em 31.03.2015	349	329	-	273	796	1.747
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	20	4	10	

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	643.079	796	540.876	494	1.185.245
Adições	13.048	-	68.872	44	81.964
Transferências/Reclassificações	<u>4.405</u>	-	<u>(4.405)</u>	-	-
Saldo em 31.03.2015	<u>660.532</u>	<u>796</u>	<u>605.343</u>	<u>538</u>	<u>1.267.209</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(60.243)	(453)	-	-	(60.696)
Amortizações	<u>(8.217)</u>	<u>(30)</u>	-	-	<u>(8.247)</u>
Saldo em 31.03.2015	<u>(68.460)</u>	<u>(483)</u>	-	-	<u>(68.943)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	582.836	343	540.876	494	1.124.549
Saldo em 31.03.2015	592.072	313	605.343	538	1.198.266
Taxas anuais de amortização - %	3,6%	20%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

10. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
Amortização acumulada	<u>(15.100)</u>	<u>(14.466)</u>
	<u>10.254</u>	<u>10.888</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a) TJLP+2,45% a.a. Novembro/2026			26.241	25.518
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a) TJLP+2,45% a.a. Novembro/2026			580.296	586.940
Total			606.537	612.458

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2016 (após março)	27.962
2017	46.522
2018	50.044
2019	53.831
Após 2020	<u>401.937</u>
	<u>580.296</u>

Em 31 de março de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxa contratual (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Circulante</u>
1ª emissão (a)	2.250	CDI +1,04% a.a.	Julho/2015	26.734	25.917
Custo de transação				<u>(9)</u>	<u>(17)</u>
Total				<u>26.725</u>	<u>25.900</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 3 de outubro de 2013 com valor real unitário em R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª Emissão	03.10.2013	22.500	03.10.2013	23.065

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

13. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2015, o saldo de R\$11.057 (R\$9.407 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber:		
Autopista Fernão Dias S.A. (a)	-	<u>2</u>
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	-	<u>255</u>
Total	-	<u>257</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	59.562	56.804
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	10.477	15.105
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	247	135
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	386	517
Autopista Fernão Dias S.A. (a)	-	<u>4</u>
Total	<u>11.110</u>	<u>15.761</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	2.665	2.665
 <u>Passivo não circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	<u>168.932</u>	<u>165.833</u>
Total	<u>168.932</u>	<u>165.833</u>

Contas de Resultado:	31.03.2015			31.03.2014		
	<u>Conservação da rodovia</u> (c)	<u>Despesas financeiras</u> (e)	<u>Despesas gerais</u> (b)	<u>Conservação da rodovia</u> (c)	<u>Despesas financeiras</u> (e)	<u>Despesas gerais</u> (b)
Arteris S.A	-	7.004	757	-	3.646	773
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>6</u>	-	-	<u>1.038</u>	-	-
Total	<u>6</u>	<u>7.004</u>	<u>757</u>	<u>1.038</u>	<u>3.646</u>	<u>773</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

Notas Explicativas

- (d) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2015	31.12.2014
06/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	6.320	5.955
27/10/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	9.000	6.997	6.590
05/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	4.631	4.360
27/11/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.312	5.000
05/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.771	3.547
19/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.968	5.613
13/09/2013	Setembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	18.000	3.043	2.479
20/12/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.831	2.220
15/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.600	2.008
10/02/2014	Fevereiro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.447	1.859
15/05/2014	Mai de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	1.903	1.330
28/10/2014	Abril de 2015	CDI + 1,7% a.a.	<u>40.000</u>	<u>1.671</u>	<u>676</u>
			<u>181.000</u>	<u>47.494</u>	<u>41.637</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$334 (R\$208 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$789 e R\$1.791.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

Notas Explicativas

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	872	362	1.234
Trabalhistas	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Total	<u>889</u>	<u>362</u>	<u>1.251</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$687 e R\$-53, respectivamente (R\$505 e R\$15 em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$8.736 (R\$8.619 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	24.596	27.657	-
Adições/(reversões)	-	(37)	-
Utilizações	(81)	-	-
Ajuste a valor presente	(614)	334	-
Transferências	<u>(1.450)</u>	<u>-</u>	<u>1.450</u>
Saldos em 31.03.2015	<u>22.451</u>	<u>27.954</u>	<u>1.450</u>

16. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de março de 2015 o saldo de R\$816 (R\$ 816 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$224.289. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	160.011.942	160.011.942	100

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	44.646	38.136
Receita de serviços de construção	71.151	86.445
Outras receitas	<u>30</u>	<u>70</u>
	<u>115.827</u>	<u>124.651</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	115.827	124.651
ISSQN	(2.225)	(2.114)
PIS	(289)	(274)
COFINS	<u>(1.337)</u>	<u>(1.264)</u>
Receita líquida	<u>111.976</u>	<u>120.999</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.940)	(2.060)
Serviços de terceiros	(1.094)	(982)
Manutenção de bens e conservação	(29)	(21)
Depreciação / Amortização	(24)	(26)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(495)	(193)
Seguros / Garantias	(7)	-
Consumo	(356)	(458)
Transportes	(107)	(138)
Despesas com comunicação e marketing	(45)	(110)
Outros	<u>(734)</u>	<u>(639)</u>
Total	<u>(4.831)</u>	<u>(4.627)</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços de construção	(71.151)	(86.445)
Com pessoal	(4.024)	(3.463)
Serviços de terceiros	(5.106)	(3.982)
Conservação	(3.169)	(3.952)
Manutenção e conservação de imóveis	(97)	(123)
Consumo	(776)	(542)
Transportes	(708)	(624)
Verba de Fiscalização	(1.002)	(940)
Seguros / Garantias	(540)	(750)
Provisão de manutenção em rodovias	37	(1.226)
Depreciação / Amortização	(8.928)	(5.326)
Outros	(330)	(147)
Total	<u>(95.794)</u>	<u>(107.520)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.775	650
Ajuste a valor presente	682	-
Outras receitas	<u>122</u>	<u>2</u>
Total	<u>2.579</u>	<u>652</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(8.154)	(6.992)
Ajuste a valor presente	(402)	(437)
Outras despesas	<u>(828)</u>	<u>(371)</u>
Total	<u>(9.384)</u>	<u>(7.800)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(1.997)	25.350
Juros capitalizados	10.894	4.834

Notas Explicativas**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos três meses e trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.189	1.496
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(1.424)	(508)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(2)</u>	<u>(1.426)</u>
Despesa contabilizada	<u>(1.426)</u>	<u>(1.934)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(1.384)	(892)
Diferidos	(42)	(1.042)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro (Prejuízo) do período	2.763	(438)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>160.012</u>	<u>108.742</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,01727</u>	<u>(0,00403)</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	Nível (*)	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
		Empréstimos <u>recebíveis</u>	Empréstimos <u>recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3.212	2.174
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	6.846	79.557
Contas a receber	Nível 1	8.184	8.443
Aplicações financeiras	Nível 2	9.655	9.726
Partes relacionadas	Nível 1	-	257
Outras contas a receber	Nível 1	1.223	1.265

Notas Explicativas

<u>Passivos</u>	Nível (*)	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	18.585	16.109
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	606.537	612.458
Debêntures	Nível 2	26.725	25.900
Partes relacionadas	Nível 1	239.604	238.398
Outras contas a pagar	Nível 1	191	236

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(32.180)	(37.071)	(29.165)	(38.208)
Receita de aplicações Financeiras	1.988	2.286	1.809	2.346
TJLP	5,50%	6,88%	4,13%	8,25%

Notas Explicativas

Juros A incorrer(*)	<u>(48.865)</u>	<u>(50.174)</u>	<u>(47.556)</u>	<u>(51.483)</u>
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(79.057)</u>	<u>(84.959)</u>	<u>(74.912)</u>	<u>(87.345)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.969 (R\$8.264 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	12,34%	27.537	-	-	-	-	27.537
BNDES Automático	7,45%	<u>51.540</u>	<u>77.232</u>	<u>85.766</u>	<u>85.766</u>	<u>585.225</u>	<u>885.529</u>
Total		<u>79.077</u>	<u>77.232</u>	<u>85.766</u>	<u>85.766</u>	<u>585.225</u>	<u>913.066</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

Notas Explicativas

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	74.369

(*) Por sinistro

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de abril de 2015 a Sociedade efetuou a emissão de debêntures simples que será realizada em série única, onde valor total da emissão será de R\$ 72.000 (setenta e dois milhões de reais), sendo emitidas 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures. As debêntures serão da espécie subordinada, não contando com garantias reais ou fidejussórias. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade. A presente escritura de emissão representa a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, onde os referidos títulos serão remunerados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais taxa de juros de 1,5% ao ano. O vencimento ocorrerá em 10 de abril de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9